



***Câmara Municipal de Nova Venécia***  
***Estado do Espírito Santo***



**COMISSÃO PERMANENTE DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E  
REDAÇÃO FINAL (CLJRF)**

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 40/2020**

**I – RELATÓRIO:**

Trata-se do Projeto de Lei nº 40/2020, que denomina a praça do Bairro Eleosipo Rodrigues da Cunha, situada entre as ruas Maranhão, Guaçuí e Amazonas, como praça Ocarlino Leoncio dos Santos, de iniciativa do prefeito Mário Sérgio Lubiana.

O projeto supracitado foi apresentado ao Plenário no Expediente da Sessão Ordinária de 25 de agosto de 2020. Logo após, foi distribuído às Comissões Permanentes pelo presidente da Câmara nos termos do art. 134, do Regimento Interno, para a emissão de parecer.

A presidente da Comissão Permanente de Legislação, Justiça e Redação Final, designou relator às fls. 11, conforme dispõe o art. 70 do Regimento Interno.

Sendo assim passa-se à emissão do respectivo parecer pelos fatos e fundamentos abaixo expostos.

**II – DA INICIATIVA E DOS FUNDAMENTOS:**

A proposição tem como objeto a denominação de bem público, qual seja, a praça localizada no bairro Eleosipo Rodrigues da Cunha, como Praça Ocarlino Leoncio dos Santos.



**Câmara Municipal de Nova Venécia**  
**Estado do Espírito Santo**



Assim, dentro da distribuição das competências legislativas conferidas aos entes federados pela Constituição Federal, observa-se que ao município cabe, essencialmente, legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual, no que couber, conforme dispõe o art. 30, incisos I e II, da CF/88.

Portanto, dentro deste contexto, observa-se a competência legislativa para a denominação de bens públicos municipais é local, de modo que a proposição em análise se encontra devidamente dentro da repartição de competências constitucionalmente prevista.

Por outro lado, a Lei Orgânica do Município, mais precisamente em seu art. 44, seguindo pelo princípio da simetria das formas ao que dispõe o texto do art. 61 da Carta Republicana, estabelece quais são os agentes competentes para propor projetos de leis ordinárias e complementares, inclusive, estabelecendo os casos de iniciativa reservada ao Chefe do Poder Executivo.

Desse modo, evidencia-se que a iniciativa de matéria que trata de denominação de bem público é de competência comum a qualquer membro dos Poderes Públicos Municipais, estando quaisquer deles revestidos de legitimidade para deflagrar o processo de constituição de uma norma dessa natureza. Portanto, nota-se que a presente propositura, de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, não apresenta vício de iniciativa.

Por outro lado, continuando sobre o tema em análise, a Lei Orgânica do Município, mais precisamente em seu art. 17, XX, exige a apreciação e deliberação legislativa para normas cujo objeto é a denominação de bem público, antes de ser submetida ao Chefe do Poder Executivo para sanção ou veto.

Quanto ao mérito da propositura, vale ressaltar o que dispõe o art. 18, do Ato das Disposições Gerais Transitórias, da Lei Orgânica Municipal:

**Art. 18.** *É vedado ao poder público dar nome de pessoas vivas a bens e serviços públicos de qualquer natureza.*

**Parágrafo único.** *Para os fins deste artigo, somente poderá ser homenageada pessoa que, comprovadamente, haja prestado relevantes serviços à comunidade, ao Município, ao Estado e ao país, ou tenha se destacado no campo da ciência, das letras e artes.*

Com efeito, consta nos autos cópia da certidão de óbito do homenageado, para fins de cumprimento do comando legal acima mencionado (fl. 07), bem como a trajetória de vida do Sr. Ocarlino Leoncio dos Santos.

Contudo, observa-se um equívoco quando da redação do texto, pois a praça é cingida pelas Ruas Maranhão, Guaçuí e São Francisco e não Rua Amazonas.



**Câmara Municipal de Nova Venécia**  
**Estado do Espírito Santo**



Assim sendo, deve ser apresentada emenda modificativa ao texto, alterando a ementa e o art. 1º do projeto de lei em análise, para corrigir o equívoco e constar o nome da Rua São Francisco no lugar da Rua Amazonas.

No mais, entende-se pela constitucionalidade e legalidade da matéria devendo prosperar nas demais fases do processo legislativo.

**III – VOTO DO RELATOR:**

Diante de todo o exposto, verifica-se que a iniciativa do projeto de lei em análise está em consonância ao disposto no art. 44 Lei Orgânica do Município.

A espécie legislativa adotada é igualmente regular, uma vez que a matéria não foi reservada à lei complementar.

Por fim, infere-se a pertinência da propositura que trata de assunto de interesse local referente à denominação de bem público municipal, estando em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

Entretanto, conforme já mencionado, deve ser apresentada a emenda modificativa ao texto da ementa e do art. 1º da matéria, a fim de fazer constar Rua São Francisco e não Rua Amazonas.

Com efeito, considerando que a propositura atende aos requisitos formais e materiais, estando apta à apreciação e deliberação, manifesto-me pela aprovação do Projeto de Lei nº 40/2020, com restrições de que seja apresentada a emenda sugerida.

**É O PARECER DO RELATOR PELA APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 40/2020, COM RESTRIÇÕES.**

Câmara Municipal de Nova Venécia, Estado do Espírito Santo, em 1º de setembro de 2020;  
66º de Emancipação Política; 16ª Legislatura.

É o pronunciamento.

**JOSÉ LUIZ DA SILVA (PDT)**  
RELATOR – vice-presidente da CLJRF

*Plus por CLJRF*  
*Plus com restrições*  
*02/09/2020*



**Câmara Municipal de Nova Venécia**  
**Estado do Espírito Santo**



**COMISSÃO PERMANENTE DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E  
REDAÇÃO FINAL (CLJRF)**

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 40/2020**

PROJETO:	PROJETO DE LEI Nº 40/2020: que denomina a praça do Bairro Eleosipo Rodrigues da Cunha, situada entre as ruas Maranhão, Guaçuí e Amazonas, como praça Ocarlino Leoncio dos Santos.
INICIATIVA:	Prefeito Mário Sérgio Lubiana.
RELATOR:	Vereador José Luiz da Silva.

A Comissão Permanente de Legislação, Justiça e Redação Final (CLJRF) manifesta-se pela aprovação do Parecer do Relator da matéria, vereador José Luiz da Silva (PDT), às folhas. 13 a 15 por unanimidade de seus membros.

APROVADO o parecer do relator na Reunião Ordinária de 2 de setembro de 2020, o que, de acordo com o art. 73, *caput*, do Regimento Interno, prevalece como o PARECER desta Comissão Permanente.

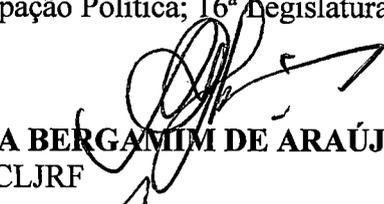


***Câmara Municipal de Nova Venécia***  
***Estado do Espírito Santo***



É o PARECER DA COMISSÃO Permanente de Legislação, Justiça e Redação Final (CLJRF) pela aprovação do Projeto de Lei nº 40/2020, com restrições.

Câmara Municipal de Nova Venécia, Estado do Espírito Santo, em 2 de setembro de 2020; 66º de Emancipação Política; 16ª Legislatura.



**GLEYCIARIA BERGAMIM DE ARAÚJO (DEM)**  
Presidente da CLJRF



**JOSÉ LUIZ DA SILVA (PDT)**  
Vice-Presidente da CLJRF



**JOCIMAR DE OLIVEIRA SILVA (PHS)**  
Membro da CLJRF